

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro –
Orçamento 2015 - 2ª Revisão de Receita**

I – Metas de arrecadação 2015 – Reavaliação das Receitas Ordinárias do Tesouro

Esta nota visa reavaliar as estimativas de receita do Tesouro Estadual em relação ao registrado na 1ª Revisão de Receita, Nota Técnica Nº 02, de 10 de fevereiro de 2015. A reestimativa se justifica pela materialização de fatos novos posteriores registrados no primeiro quadrimestre deste exercício, resultado de medidas que estão sendo implementadas pela SEFAZ com o objetivo de minimizar o déficit financeiro estimado, além de adequar a projeção ao cenário fiscal para o exercício corrente, sensível às alterações dos indicadores econômicos. As reavaliações estão descritas e evidenciadas nos textos e tabelas apresentados ao longo desta Nota.

A estimativa de receita das fontes do Tesouro totaliza R\$ 60,4 bilhões. O valor representa crescimento de R\$ 238 milhões em relação à 1ª Revisão. Isoladamente o incremento dos recursos livres do Tesouro é de R\$41,2 bilhões. Por conta do cenário pouco auspicioso da arrecadação da Receita Tributária, mostrou-se necessário adotar uma postura conservadora de redução de R\$ 688 milhões da Receita de ICMS. A mesma prudência foi utilizada na previsão da arrecadação dos Royalties e Participações Especiais do petróleo. Sua redução em confronto com a 1ª Revisão foi de R\$ 1,2 bilhão, gerada principalmente pelas expectativas no cenário mundial. Apesar das reduções apresentadas acima, a expectativa de recebimento de créditos de aproximadamente R\$ 1 bilhão relativos à securitização da Dívida Ativa, além do acordo entre ERJ e Grandes Contribuintes de litígios judiciais a serem pagos ao Cofre Estadual no valor de R\$ 1,2 bilhão justificam a previsão de Receitas apresentada nesta Nota.

Todas as alterações enumeradas serão justificadas de forma mais concisa na seção III desta Nota.

II – Cenário Econômico

Diante da intensificação da desaceleração econômica, a resiliência do processo inflacionário e um persistente quadro de redução no nível de confiança de empresários e consumidores, o mercado tem projetado reiteradas rupturas expectativas para o crescimento econômico.

Ao final do último ano, as projeções apontavam para um crescimento do PIB próximo a 1% para 2015. No entanto, após algumas revisões para baixo, o Boletim Focus tem indicado uma retração da atividade econômica da ordem de 1,3%.

A intensa contração da atividade produtiva, evidenciada nos últimos meses, tem indicado que o atual quadro econômico deve perdurar por mais algum tempo. O agravamento do cenário interno tem acometido todos os componentes da demanda interna, em especial o investimento, que é imprescindível para a retomada do crescimento.

Na esteira do arrefecimento da economia, a deterioração das contas públicas, nos últimos anos, forçou uma reorientação da política fiscal, que tem contribuído para reduzir, ainda mais, a demanda agregada e, por conseguinte os investimentos, a geração de renda e emprego.

No entanto, a reassunção do crescimento econômico nos próximos anos dependerá da efetividade do ajuste fiscal, que poderá recuperar a credibilidade do governo junto ao mercado e reestabelecer os fundamentos macroeconômicos. Assim, se a implementação das propostas de redução de gastos de custeio e as medidas de recomposição da arrecadação forem levadas a cabo, os efeitos produzidos por esta readequação das políticas econômicas poderão ser capazes de induzir um novo ciclo de desenvolvimento no país.

O cenário internacional, por sua vez, tem repercutido a desaceleração econômica dos países emergentes e as dificuldades de reversão da crise de 2008 nos principais centros, como EUA, União Europeia e Japão. Coaduna-se a isso, a persistente desvalorização

das commodities, que impôs aos principais fornecedores de matéria-prima um ajuste, via câmbio, do balanço de pagamentos.

Diante deste cenário, a expectativa no mercado é de uma valorização do dólar em 2015 com um câmbio médio de 3,09 R\$/US\$, segundo boletim Focus datado de vinte e nove de maio de 2015. Este ambiente de incerteza, em especial no Brasil, tem propiciado a volatilidade do real frente às principais divisas e impactado a flutuação das previsões da taxa de câmbio.

Por conta da desvalorização do real neste ano, os produtos nacionais tendem a se tornar mais competitivos e assim, estimular a recomposição parcial do saldo comercial. De acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a balança comercial brasileira apresentou de janeiro a abril de 2015, saldo acumulado de US\$ -5,066 bilhões ante o déficit de US\$ -5,571 bilhões, no ano anterior. Nesta mesma linha, a balança comercial fluminense registrou um resultado acumulado de janeiro a abril de 2015 de - US\$ 490 milhões contra um déficit de US\$ 1,936 bilhão no mesmo período do ano anterior.

Com relação à inflação, o IPCA, a nível nacional, registrou um percentual acumulado de janeiro a abril de 2015 de 4,56% contra 2,86% no mesmo período do ano passado. O Boletim Focus (29/05/2015) prevê que o índice feche este ano em 8,39%, muito acima do teto fixado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) de 6,5%. O realinhamento dos preços administrados associado à desvalorização do câmbio tem contribuído para aceleração da taxa de inflação e a esperada convergência ao centro da meta deve ser atingida apenas em 2017. No Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o IPCA tem apresentado semelhante comportamento, no período compreendido entre janeiro e abril de 2015 acumulou 5,16%, ante 3,31% em 2014.

Diante deste contexto, o desempenho da indústria brasileira ilustra de forma contundente os efeitos da retração da atividade econômica e o pessimismo com relação ao desdobramento das políticas econômicas.

A perda de competitividade observada nos últimos anos, em decorrência da baixa produtividade da mão-de-obra, precarização da infraestrutura e elevada carga tributária,

associada à redução da demanda interna, impôs à indústria reiteradas reduções no volume de produção. Segundo dados do IBGE, a atividade industrial brasileira de janeiro a abril de 2015 registrou uma variação percentual acumulada negativa de 6,3%. Os mesmos dados para o ERJ indicam uma queda de 5,5%.

Neste diapasão, o Índice de Confiança do Empresário Industrial Fluminense (ICEI-RJ) atingiu 36,0 pontos em abril, valor mais baixo de toda a série histórica, confirma a piora na expectativa no que concerne à recuperação da economia no curto prazo. Este indicador se coaduna com o pessimismo do empresariado fluminense em relação à conjuntura econômica atual.

Diante do exposto, 2015 deve se confirmar como mais um ano crítico para a indústria. A produção nacional deve fechar com um decréscimo de 2,80%, segundo o boletim Focus (29/05/2015). Espera-se uma ligeira recuperação, apenas em 2016, ainda assim, vai depender do reestabelecimento, ao menos parcial, da demanda agregada.

Neste sentido, a fabricação de veículos no Brasil retrata a algidez da indústria, nos últimos anos. De acordo com dados do IBGE, o referido setor obteve uma variação acumulada no período entre janeiro e abril de 2015 de - 21,3%, o ERJ, por sua vez, apresentou desempenho ainda pior, com uma retração de 30,6%.

A partir dos dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, constata-se que o resfriamento da economia tem ressoado sobre a geração de emprego no Estado. Em abril de 2015 houve uma variação mensal de - 0,33%, fruto da retração de 12.599 vagas. No ano o saldo está negativo em 59.261 postos de trabalho, um decréscimo de 1,51%, com destaque para a indústria, construção civil e comércio, setores intensivos em mão-de-obra. O arrefecimento do mercado de trabalho verificado no ano de 2015 deve persistir no próximo ano, devido à intensa desaceleração da atividade econômica.

III – Descrição das variações de projeção de Receita:

A Tabela 1 apresenta as novas estimativas de receita estadual, que são comentadas item a item em seguida.

Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2015 - Rubrica Orçamentária

R\$ Milhões

Receita*	FR	REVISÃO DE RECEITA		1ª REVISÃO X 2ª REVISÃO	
		1ª Revisão (D)	2ª Revisão (E)	(E - D)	Δ% (E/D-1)
IRRF	00	3.168	3.168	-	
IPVA	00	2.120	2.343	223	10,5%
ITD	00	659	692	33	5,0%
FECF	22	3.067	3.035	- 32	-1,0%
ICMS	00	33.655	32.967	- 688	-2,0%
Modelo Previsão		33.655	32.467	- 1.188	-3,5%
Acordo Grandes Contribuintes			500	500	100%
Receita Financeira		231	231	-	
FPE	06	1.165	1.165	-	
IPI	07	877	777	- 100	-11,4%
Lei Kandir	07	86	86	-	
Demais Transf. União	01	-	-	-	
Multas e Juros**		512	512	-	
Dívida Ativa***		287	1.287	1.000	348,2%
Previsão		287	287		
Receita Extra - Securitização			1.000	1.000	100%
Dep. Judiciais tributários	90	11	711	700	6476,8%
Ressarcimento de pessoal cedido		53	60	7	12,5%
Outras Restituições		77	161	84	109,9%
Outros		77	81	4	5,2%
Receitas Extras		225	310	85	37,9%
Onibus - CEDAE - CEG	01	130	130	-	
Demais Receitas	01	30	30	-	
Receita intra Demais		-	-	-	
Receita intra outras Restituições	01	65	150	85	131,3%
Subtotal 1		46.270	47.587	1.317	2,8%
Alienação de Bens	01	-	-	-	
Depósitos judiciais	91	300	300	-	
Operações de Crédito		6.074	6.074	-	
	11	5.381	5.381	-	
	21	693	693	-	
Receita Financeira		-	57	57	0,0%
Subtotal 2		6.374	6.431	57	0,9%
Royalties & FEP		7.022	5.858	- 1.164	-16,6%
	04	1.864	1.716	- 149	-8,0%
	10	5.157	4.142	- 1.015	-19,7%
CIDE	26	0	28	28	24981,9%
Salário Educação	05	477	477	0	0,1%
Subtotal 3		7.498	6.363	- 1.135	-15,1%
TOTAL GERAL (1+2+3)		60.142	60.381	238	0,4%

*Receita Bruta (com FUNDEB)

** Inclui FR 00 - 01 - 22 - 96

*** Inclui FR 00 - 01 - 22

- 1. IPVA** – Alterado em mais R\$ 223 milhões em relação à 1ª Revisão. A reestimativa está em linha com as iniciativas importantes da Receita, que determinou a redução de desconto do referido imposto para o pagamento à vista, ao passar de 10% para 8%, por decisão da Resolução nº 827/14, art. 14 e §2º. Adicionalmente, ocorreu a promulgação do programa de parcelamento concedido pela Lei Estadual nº 6.931/2014 para a quitação de débitos de IPVA dos exercícios de 2010 a 2013, sem juros e multas. O recolhimento por meio da Guia de Regularização de Débitos permitiu que o pagamento fosse efetivado em três vezes (fevereiro, março e abril) ou em cota única no mês de fevereiro de 2015.

- 2. ITD** – Este imposto teve a previsão para 2015 aumentada para R\$ 692 milhões, um acréscimo de R\$ 33 milhões em relação à 1ª Revisão. Destaca-se que este tributo tem obtido expressivo crescimento nos últimos anos, registrando no segundo trimestre de 2015 ligeira recuperação. Em que pese à retração da atividade econômica, há de esperar que ainda que de maneira tímida haja uma pequena melhora no desempenho da receita, associado ao aprimoramento dos esforços fiscalizatórios no período em análise.

- 3. FECP** – Reestimado em menos R\$ 32 milhões frente à 1ª Revisão. O decréscimo considera a piora na expectativa dos agentes econômicos em relação ao desempenho da economia e está em linha com a redução esperada para o ICMS. Observa-se que esta previsão já incorpora os efeitos da manutenção das alíquotas do FECP no mesmo patamar de 2013, conforme definido pela Lei Complementar Estadual 151/2013.

- 4. ICMS** – Reavaliado em menos R\$ 688 milhões em relação à 1ª Revisão. A redução no nível de confiança na economia, a resiliência da inflação associada ao aumento do desemprego tem produzido reiteradas reduções nas projeções de crescimento econômico para este ano. O ERJ, em particular, tem suportado reveses de dimensão ainda maior, por conta da estreita relação com setores como o de óleo e gás, que tem atravessado conjuntura pouco favorável, nos últimos

meses. Há de se destacar, que o Estado do Rio de Janeiro estima para o ICMS, um montante de R\$ 500 milhões, como parcela de receita extraordinária referente a um acordo firmado com a Petrobrás para recebimento de parte de débitos em cobrança administrativa.

- 4. IPI Exp** - Reduzido em menos R\$ 100 milhões em relação à 1ª Revisão de 2015. Considerou-se nessa reestimativa a última Revisão de Programação Financeira da União, divulgada em 22/05/2015 através Decreto 8.456/2015, em que a expectativa de repasse dessa transferência aos Entes Federativos reduziu significativamente.
- 5. Depósitos Judiciais Tributários** - Alterado a maior em R\$ 700 milhões se comparado à 1ª Revisão. A reestimativa é justificada pela autorização concedida pela Lei Nº 7020, de 11 de junho de 2015 que autoriza o Poder Executivo a Celebrar Termo de Ajuste de Conduta Tributária com contribuintes do ICMS, a fim de solucionar litígios tributários. Dos valores que deverão ser recolhidos à Conta de Depósitos Judiciais Tributários o ERJ poderá sacar 70% conforme dispõe a legislação pertinente. Num primeiro momento espera-se que sejam depositados R\$ 1 bilhão e os R\$ 700 milhões a serem sacados são de restrita aplicação no pagamento da dívida.
- 6. Dívida Ativa** – Receita modificada para R\$ 1,3 bilhão devido à expectativa de recebimento de créditos de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão relativos à securitização da Dívida Ativa do Estado, cujo Projeto de Lei estará sendo encaminhado à ALERJ dentro dos próximos dias.
- 7. Royalties** – Esta receita teve previsão reduzida em R\$ 1,2 bilhão em relação à 1ª Revisão. O decréscimo reflete o cenário de incertezas sobre o comportamento do câmbio, a flutuação do preço do barril tipo Brent no mercado internacional e a ausência de estudos mais específicos sobre o comportamento dessa commodity. Para este ano, estima-se que o RIOPREVIDÊNCIA receba R\$ 4.142 milhões desta receita, o que representa 71% das Participações Governamentais do Estado. Os parâmetros aqui utilizados consideram a estimativa de produção encaminhada pela ANP, câmbio a U\$\$/R\$3,00 e preço do Brent U\$\$ 65,00.

Tabela 2

ROYALTIES		1ª REVISÃO	2ª REVISÃO
		7.021.685.206	5.857.875.295
	Tranferências aos Municípios	383.976.395	335.361.146
	PASEP	66.377.088	55.225.141
Fonte 04	FECAM	385.419.963	320.668.347
	Indenização a União	1.028.672.694	1.004.631.077
	Serviço da Dívida		
Fonte 10	RIOPREVIDÊNCIA*	5.157.239.066	4.141.989.583

* Inclui a parcela do FEP, conforme Determinação do TCE na análise das

Tabela 3 - Reestimativa de Receita Tesouro 2015 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita**	FR	1ª REVISÃO (C)	2ª REVISÃO (D)	1ª REVISÃO X 2ª REVISÃO	
				(D - C)	Δ% (D/C -1)
IRRF	00	3.168	3.168		
IPVA	00	2.120	2.343	223	10,5%
ITD	00	659	692	33	5,0%
ICMS	00	33.655	32.967	(688)	-2,0%
Multas e Juros	00	493	493		
Dívida Ativa	00	275	1.232	957	348,2%
Receita Financeira	00	0	0		
Outras Restituições	00	35	35		
Outros	00	0	0		
TOTAL	00	40.405	40.931	526	1,3%
Receita Financeira	01	231	231	()	-0,0%
Demais Transf. União	01	-	-		
Multas e Juros	01	6	6		
Outras Restituições	01	42	120	78	187,2%
Dívida Ativa	01	8	34	26	348,2%
Demais Receitas	01	30	30		
Alienação de Bens*	01	-	-		
Ress. de Pess. Cedido- D. Áreas	01	3	3		
Rec. Intra de Pessoal Cedido	01	0	0		
Rec. Intra de Outras Restituições	01	65	150	85	131,3%
Rec. Intra-Orçamentária - Demais Receitas	01	-	-		
Outros	01	202	203	1	0,7%
TOTAL¹	01	586	777	191	32,6%
Royalties	04	1.864	1.716	(149)	-8,0%
Receita Financeira	04	-	-		
Royalties	10	5.157	4.142	(1.015)	-19,7%
TOTAL		7.022	5.858	(1.164)	-16,6%
Salário Educação	05	476	476		
Outros	05	0	1		88,2%
TOTAL	05	477	477		0,1%
FPE	06	1.165	1.165		
Receita Financeira	07	-	-		
IPI	07	877	777	(100)	-11,4%
Lei Kandir	07	86	86		
Outros	07	0	0		
TOTAL	07	963	863	(100)	-10,4%
	20				
	20				
Total	20	50	57	7	13,2%
FECF	22	3.067	3.035	(32)	-1,0%
Multas e Juros	22	14	14		
Dívida Ativa	22	5	21	17	348,2%
TOTAL	22	3.086	3.070	(16)	-0,5%
Outros	26	-	0	0	#DIV/0!
CIDE	26	0	28	28	250
TOTAL	26	0	29	28	25026,0%
Dep. Judiciais tributários	90	11	711	700	6476,8%
Outros	90	1	1		
TOTAL	90	12	712	700	5949,1%
DEP. Judiciais não Tributários	91	300	300		
Outros	91	-	-		
TOTAL	91	300	300	-	
Outros	95	2	4	3	156,1%
Outros*	95	2	2		
Outros	11	-	55	55	100,0%
Outras Restituições	11	-	6	6	100,0%
Operações de Crédito*	11	5.381	5.381		
Operações de Crédito*	21	693	695	2	0,3%
Total Fontes de Recursos do Tesouro		60.142	60.381	238	0,4%

* Receitas de Capital

**Receita Bruta (com FUNDEB)

IV – Cronograma de entrada de receitas¹.

A reavaliação das Receitas do Estado alterou também o cronograma anteriormente estimado. O quadro abaixo demonstra o novo cronograma, ajustando o fluxo de entrada das Receitas no 2º semestre à nova previsão para o ano.

Tabela 4 – Cronograma Bimestral por Rubrica de Receita e Fonte de Recursos

Em mil R\$									
FONTE	TIT FONTE	FR	1º BIMESTRE**	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
11	RECEITA TRIBUTÁRIA	00	6.771.879	6.438.877	6.082.123	6.274.835	6.295.391	7.308.000	39.171.105
		01	3.287	4.877	4.140	4.140	4.140	4.140	24.726
		22	493.245	509.810	488.763	488.720	514.007	540.632	3.035.177
13	RECEITA PATRIMONIAL	00	2	4	8	8	8	8	37
		01	53.185	45.983	40.767	40.767	84.100	127.434	392.235
		04	1.142.648	250.387	122.373	50.044	100.390	50.044	1.715.886
		05	408	84	32	32	32	32	620
		07	0	0	0	0	0	0	0
		10	233.229	61.748	832.376	1.358.640	297.356	1.358.640	4.141.990
		11	19.569	14.724	5.177	5.177	5.177	5.177	55.000
		21	768	855	94	94	94	94	2.000
		26	14	20	4	4	4	4	50
		90	214	264	120	120	120	120	959
16	RECEITA DE SERVIÇOS	95	1.226	570	551	551	551	551	4.000
		01	5.596	1.278	906	906	906	906	10.500
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	95	174	75	13	13	13	13	300
		01	0	0	0	0	0	0	0
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	05	131.123	70.309	68.599	68.717	68.717	68.717	476.181
		06	239.892	183.521	205.304	167.637	156.781	211.560	1.164.696
		07	141.621	134.692	137.576	142.917	141.544	164.261	862.610
		26	396	0	14.042	0	14.042	0	28.480
		00	92.348	114.844	148.896	148.896	148.896	1.105.919	1.759.798
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	01	5.114	14.702	98.161	16.100	14.021	51.105	199.203
		11	4.235	1.376	53	179	129	29	6.000
		20	1.448	11.012	511	927	314	1.790	16.002
		22	2.854	3.046	3.096	3.096	3.096	19.604	34.790
		90	0	0	0	0	0	710.808	710.808
		91	0	0	75.000	75.000	75.000	75.000	300.000
22	ALIAÇÃO DE BENS	11	138.064	305.970	1.234.165	1.234.165	1.234.165	1.234.165	5.380.694
		21	3.344	12.548	169.354	169.354	169.354	169.354	693.309
23	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	01	0	0	0	0	0	0	0
		95	0	0	596	596	596	596	2.382
79	INTRAORÇAMENTÁRIA OUTRAS CORRENTES	01	76	135.578	17	8.816	57	5.691	150.236
		20	9.357	9.797	1.505	4.606	3.160	12.514	40.938
83	INTRAORÇAMENTÁRIA AMORTIZAÇÃO	01	0	104	35	0	30	32	200
Total Fontes de Recursos do Tesouro			9.495.315	8.327.054	9.734.356	10.265.058	9.332.190	13.226.940	60.380.913

* Apenas UGE 999900.

** Valores já realizados.

¹ Receita Bruta (Com FUNDEB)

V - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a segunda revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparada com o orçamento disponível.

Tabela 5

COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE								
FR	RECEITA BRUTA PREVISTA (A)	PREVISÃO FUNDEB (B)**	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA (C) = (A) - (B)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTINGENCIADO	SUPERÁVIT	DISPONÍVEL (D)	DIFERENÇA (C)-(D)
00	40.930.940.450	5.545.964.073	35.384.976.377	38.449.671.651	3.459.875.270	24.839.484	34.964.956.897	420.019.480
01	777.100.389		777.100.389	3.340.392.728	2.914.450.438	-	425.942.290	351.158.099
06	1.164.696.113	232.939.223	931.756.890	968.661.490	36.904.600	-	931.756.890	-
07	862.610.284	133.666.844	728.943.440	861.757.236	47.786.031	-	813.971.205	(85.027.765)
22	3.069.967.476		3.069.967.476	3.268.778.173	181.637.363	1.550.211	3.085.590.599	(15.623.123)
Subtotal	46.805.314.712	5.912.570.140	40.892.744.572	46.889.261.278	6.640.653.702	26.389.695	40.222.217.881	670.526.691
04	1.715.885.575		1.715.885.575	3.322.824.132	1.332.128.016	-	1.990.696.116	(274.810.541)
05	476.801.264		476.801.264	478.314.473	-	-	478.314.473	(1.513.209)
20	56.938.498		56.938.498	74.507.917	-	17.578.704	56.929.213	9.285
26	28.530.145		28.530.145	1.675.282	-	1.493.590	181.692	28.348.453
90	711.766.572		711.766.572	11.766.572	-	-	11.766.572	700.000.000
91	300.000.000		300.000.000	363.421.572	-	63.421.572	300.000.000	-
95	6.682.432		6.682.432	6.997.481	-	2.935.795	4.061.686	2.620.746
11	5.441.694.222		5.441.694.222	6.789.989.396	866.288.005	1.347.996.897	4.575.704.494	865.989.728
21	695.308.734		695.308.734	744.360.741	-	43.153.653	701.207.088	(5.898.354)
10	4.141.989.720		4.141.989.720	5.681.360.724		-	5.681.360.724	(1.539.371.004)
SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.	13.575.597.162	-	13.575.597.162	17.475.218.291	2.198.416.021	1.476.580.212	13.800.222.058	(224.624.895)
TOTAL	60.380.911.874	5.912.570.140	54.468.341.734	64.364.479.569	8.839.069.723	1.502.969.907	54.022.439.939	445.901.796

** Contabilizado por Conta Redutora.

SIG em 12-06-2015

Em relação à receita estimada, detalhadas no item III, a comparação com o orçamento liberado aponta para uma disponibilidade de R\$445,9 milhões, conforme demonstrado na Tabela 5, já deduzidas as transferências ao FUNDEB, atualmente contabilizadas por conta redutora.

Considerando as Fontes de Recursos do Tesouro que se compensam, a previsão de Receita aponta para um saldo de R\$ 670,5 milhões concentrados nas FRs 00 (R\$ 420 milhões) e 01 (R\$ 351 milhões).

VI – Alocações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

Neste item são detalhadas as alocações necessárias nas vinculações constitucionais e legais, demonstradas em tabelas individualizadas.

A contabilização do FUNDEB por conta redutora, mecanismo implantado no exercício de 2013, dispensa a execução orçamentária. No entanto, o cálculo da previsão da despesa anual exige sua inclusão nos gastos com Educação, para fins de cumprimento do índice constitucional.

Com relação à FR 15 alocada em Educação, sugerimos que a liberação orçamentária ocorra em consonância com a realização da receita, uma vez os registros contábeis da conta redutora não discriminam o retorno e a perda líquida. Numa estimativa preliminar, deverão retornar ao Estado R\$ 2.697.806.486,00.

VI.1 Transferências aos Municípios

Tabela 6

Em R\$

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS					
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	9.859.487.902	10.693.049.778	1.028.182.046	9.664.867.732	(194.620.170)
FR 04	335.361.146	492.452.796	108.476.395	383.976.401	48.615.255
FR 07	194.186.053	233.248.933	14.054.714	219.194.219	25.008.166
FR 26	7.120.036	-	-	-	(7.120.036)
TOTAL GERAL	10.396.155.137	11.418.751.507	1.150.713.155	10.268.038.352	(128.116.785)

VI.2 Saúde

Tabela 7

Em R\$

SAÚDE					
SAÚDE	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS*		4.722.696.855	406.069.834	4.316.627.021	
2901		160.310.092	-	160.310.092	
2931		32.769.084	3.034.891	29.734.193	
2961		4.458.971.156	403.034.943	4.055.936.213	
2971		70.646.523	-	70.646.523	
4043				-	
IASERJ		(32.769.084)	(3.034.891)	(29.734.193)	
Juros sobre a Dívida (IVB)**		(1.000.000)	-	(1.000.000)	
TOTAL GERAL	4.312.950.332	4.688.927.771	403.034.943	4.285.892.828	(27.057.503)

* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043. / Excluída FR 01 e FR 20.

**Estimativo

VI.3 Educação e FUNDEB

Tabela 8

Em R\$

EDUCAÇÃO					
EDUCAÇÃO	DESPEZA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS*		3.770.745.070	230.527.952	3.540.217.118	
1241		22.499.344	2.807.214	19.692.130	
1801		1.262.466.322	-	1.262.466.322	
1802		201.625.556	18.006.110	183.619.446	
4041		207.782.643	20.778.264	187.004.379	
4043		974.973.933	89.622.820	885.351.113	
4044		868.756.818	75.301.472	793.455.346	
4045		164.060.080	16.781.525	147.278.555	
4046		39.624.477	3.511.707	36.112.770	
4047		28.955.897	3.718.840	25.237.057	
CEPERJ		(22.499.344)	(2.807.214)		
FAPERJ		(207.782.643)	(20.778.264)		
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(13.495.160)	(1.683.774)		
Nutrição Escolar (FAETEC)		(14.775.627)	-		
Subtotal	3.072.765.554	3.512.192.296	205.258.700	3.306.933.596	234.168.041
FUNDEB - Conta Redutora	5.912.570.140			5.912.570.140	
TOTAL EDUCAÇÃO	8.985.335.694	3.512.192.296	205.258.700	9.219.503.735	234.168.041

* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

Excluída FR 01, fr 20

VI.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Tabela 9

Em R\$

FAPERJ					
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	430.441.123	467.612.402	41.206.153	426.406.249	(4.034.874)

Em R\$

FECAM					
FECAM	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 01	828.567	4.054.281	3.225.714	828.567	(0)
FR 04	320.668.347	531.930.936	117.126.453	414.804.483	94.136.136
TOTAL GERAL	321.496.914	535.985.217	120.352.167	415.633.050	94.136.136

Em R\$

FEHIS					
FEHIS	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
UOS		251.779.758	13.329.494	238.450.264	
Aluguel Social		74.974.908	4.834.243	70.140.665	
TOTAL GERAL	306.996.748	326.754.666	18.163.737	308.590.929	1.594.181

Em R\$

FAF					
FAF	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
TOTAL GERAL	365.215.524	384.896.430	24.983.815	359.912.615	(5.302.909)

Em R\$

PASEP					
PASEP	DESPESA PREVISTA (A)	DOTAÇÃO ATUAL	CONTIGENCIADO	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (B) - (A)
FR 00	413.803.713	379.460.558	-	379.460.558	(34.343.155)
FR 01	7.771.004	18.520.963	-	18.520.963	10.749.959
FR 04	55.225.141	85.117.321	-	85.117.321	29.892.180
FR 06	11.646.961	12.108.269	-	12.108.269	461.308
FR 07	6.426.683	7.427.285	-	7.427.285	1.000.602
FR 26	285.301	1.817	-	1.817	(283.484)
TOTAL GERAL	495.158.804	502.636.213	-	502.636.213	7.477.409

VII – Resumo de Origens e Aplicações de Recursos

A Tabela abaixo apresenta a saldo/déficit por Fonte de Recursos apontado na Tabela 5, e as respectivas alocações necessárias por conta das vinculações constitucionais e legais e das demais despesas não discricionárias.

O saldo de recursos livres, apontado na coluna SUBTOTAL, é de R\$678,15 milhões, uma vez que os valores vinculados às FR(s) 04, 26 e 90 têm destinação específica. Este valor poderá ser menor na medida em que os R\$ 234,1 milhões que deverão ser contingenciados na Função Educação não se concretizarem, restando, então, R\$ 443,98 milhões para atender Restituição de Recursos de Terceiros, Requisições de Pequeno Valor – RPV e parte do custeio mínimo.

Consideradas apenas as despesas não discricionárias aqui citadas o déficit estimado é de R\$ 3,505 milhões que deve ser somado ao déficit de pessoal e de custeio de domínio da SEPLAG.

Tabela 10
RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (2ª REVISÃO RECEITA)

Em R\$										
FR	00	01	06	07	22	SUBTOTAL	04	26	90	TOTAL
SALDO / DÉFICIT FR	420.019.480	351.158.099	0	-85.027.765	-15.623.123	670.526.691	-274.810.541	28.348.453	700.000.000	1.124.064.603
TOTAL COMPROMISSOS	-31.190.570	10.749.959	461.308	26.008.768	1.594.181	7.623.645	274.810.405	-7.403.521	0	275.030.529
OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	TRANSF. MUNICÍPIOS	-194.620.170			25.008.166	-169.612.004	48.615.255	-7.120.036		-128.116.785
	SAÚDE	-27.057.503				-27.057.503				-27.057.503
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	234.168.041				234.168.041				234.168.041
	FAPERJ	-4.034.874				-4.034.874				-4.034.874
	FECAM		-0			-0	94.136.136			94.136.136
	FEHIS				1.594.181	1.594.181				1.594.181
	FAF	-5.302.909				-5.302.909				-5.302.909
PASEP	-34.343.155	10.749.959	461.308	1.000.602		-22.131.286	29.892.180	-283.484		7.477.409
ENCARGOS COM A UNIÃO							102.166.834			
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)	388.828.910	361.908.058	461.308	-59.018.998	-14.028.941	678.150.336	-136	20.944.933	700.000.000	1.399.095.133
DÍVIDA	-3.836.433.341					-3.836.433.341			-700.000.000	-4.536.433.341
RESTITUIÇÃO DE RECURSOS A TERCEIROS	-340.000.000					-340.000.000				-340.000.000
RPV	-28.432.632					-28.432.632				-28.432.632
SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES E DÍVIDA (2)	-3.816.037.063	361.908.058	461.308	-59.018.998	-14.028.941	-3.526.715.637	-136	20.944.933	0	-3.505.770.840

VIII - Conclusão

Na presente Nota avaliou-se a Receita sob a luz das perspectivas da economia, descritas no item II desta Nota, aliadas às variáveis do processo de arrecadação e do acompanhamento da Receita realizada, vis á vis ao orçamento liberado.

Procurou-se, a título de colaboração com a SEPLAG, apresentar os cálculos para ajustar as dotações que financiam despesas obrigatórias e índices constitucionais.

O valor final negativo de R\$3,50 bilhões não inclui o déficit financeiro de pessoal e de parte do custeio mínimo. Confirma-se a indisponibilidade para assumir despesas não programadas ou superiores à dotação disponível e recomenda-se, numa atitude conservadora, que os recursos contingenciados, R\$8,8 bilhões permaneçam indisponíveis, por força do desfavorável cenário econômico.

É fundamental a continuidade pela busca de receitas novas que venham minimizar o déficit financeiro estimado já que o acompanhamento da arrecadação e o resultado dos estudos de projeção da receita apontam frustração do ICMS, principal fonte de financiamento do ERJ.

Nessa direção, visando garantir o pagamento das despesas não discricionárias que, em parte, permanecem sem cobertura financeira, esta Secretaria de Fazenda dará continuidade à modernização dos procedimentos arrecadatórios e, de forma intensiva, à gestão do contencioso do Estado, trabalho iniciado nos dois últimos meses com resultados positivos aqui registrados nesta Nota.

Raphael Phillippe dos Santos Lopes Leal de Moura
Superintendente de Relações Federativas e Transparência Fiscal

Daniela de Melo Faria Costa
Superintendente de Programação Financeira

Josélia Castro de Albuquerque
Subsecretária de Política Fiscal

De acordo,

Julio Cesar Carmo Bueno
Secretário de Estado de Fazenda